

PROCESSO SPI Nº [•]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº [•]
PPP de Desassoreamento do Rio Tietê e do Canal Pinheiros

CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº [•]/[•]

CONTRATO Nº [•]/[•]

ANEXO E– DIRETRIZES PARA VERIFICADOR INDEPENDENTE

CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº [•] PARA CONCESSÃO ADMINISTRATIVA PARA O
DESASSOREAMENTO DOS RIOS TIETÊ E PINHEIROS E OUTROS SERVIÇOS PÚBLICOS RELACIONADOS

PROCESSO SPI Nº[•]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº [•]
PPP de Desassoreamento do Rio Tietê e do Canal Pinheiros

ÍNDICE

1.	INTRODUÇÃO	4
2.	OBRIGAÇÕES DA CONCESSIONÁRIA PERANTE O VERIFICADOR INDEPENDENTE	4
3.	ATRIBUIÇÕES, ATUAÇÃO E OBRIGAÇÕES DO VERIFICADOR INDEPENDENTE.....	5
4.	DISPOSIÇÕES GERAIS PARA CONTRATAÇÃO DO VERIFICADOR INDEPENDENTE	9
5.	REQUISITOS MÍNIMOS PARA CONTRATAÇÃO DO VERIFICADOR INDEPENDENTE	12

PROCESSO SPI Nº[●]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº [●]
PPP de Desassoreamento do Rio Tietê e do Canal Pinheiros

1. INTRODUÇÃO

- 1.1. O presente ANEXO estabelece os procedimentos referentes à contratação do VERIFICADOR INDEPENDENTE, assim como complementa a disciplina do CONTRATO sobre as atribuições, obrigações e prerrogativas a ele aplicadas.
- 1.2. O prazo para execução das atividades atribuídas ao VERIFICADOR INDEPENDENTE será aquele estabelecido no CONTRATO ou nos ANEXOS.

2. OBRIGAÇÕES DA CONCESSIONÁRIA PERANTE O VERIFICADOR INDEPENDENTE

- 2.1. A CONCESSIONÁRIA concederá acesso irrestrito ao VERIFICADOR INDEPENDENTE, quando no exercício das funções que lhe são atribuídas no CONTRATO e neste ANEXO, por meio físico e através da plataforma do Centro de Monitoramento e Controle, a qualquer tempo, às áreas utilizadas para a CONCESSÃO, incluindo, mas não se limitando aos livros, anotações, notas de reunião e de trabalho, documentos produzidos por auditor interno e externo, banco de dados, sistemas informatizados de monitoramento e gestão em tempo real, registros e documentos relacionados às atividades e serviços abrangidos pela CONCESSÃO, incluindo estatísticas e registros administrativos e contábeis, e prestará sobre esses, no prazo que lhe for estabelecido na notificação, os esclarecimentos que lhe forem formalmente solicitados.
 - 2.1.1. As informações listadas acima que não estiverem nas dependências da ÁREA DA CONCESSÃO também deverão ser disponibilizadas pela CONCESSIONÁRIA ao VERIFICADOR INDEPENDENTE em sua íntegra.
 - 2.1.2. A CONCESSIONÁRIA deverá cumprir com a Lei Federal nº 13.460/2017, com Lei Federal nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação) e com a Lei Federal nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados) durante todo o PRAZO DA CONCESSÃO.
 - 2.1.3. Todas as informações e documentos deverão ser disponibilizados pela CONCESSIONÁRIA em plataforma e sistemas previstos para o centro de controle e monitoramento, ao qual o PODER CONCEDENTE e o VERIFICADOR INDEPENDENTE terão acesso irrestrito.
 - 2.1.4. Toda documentação será disponibilizada pela CONCESSIONÁRIA por meio de software que não demande nenhum custo ou obtenção de licença adicional pelo PODER CONCEDENTE e pelo VERIFICADOR INDEPENDENTE.
- 2.2. A remuneração do VERIFICADOR INDEPENDENTE será paga pela CONCESSIONÁRIA de forma independente, não estando vinculada a eventual concordância de

**PROCESSO SPI Nº[•]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº [•]
PPP de Desassoreamento do Rio Tietê e do Canal Pinheiros**

qualquer das PARTES quanto aos respectivos laudos, pareceres e relatórios de conformidade emitidos, mas apenas ao regular e adequado desempenho das suas funções descritas no CONTRATO e neste ANEXO.

- 2.2.1. Deverá constar expressamente no contrato a ser firmado entre a CONCESSIONÁRIA e VERIFICADOR INDEPENDENTE que eventuais discordâncias quanto ao conteúdo do seu trabalho não ensejarão a aplicação de quaisquer penalidades, atrasos ou descontos sobre sua remuneração.
- 2.3. As atividades do VERIFICADOR INDEPENDENTE devem ser exercidas de modo equidistante das PARTES, devendo a entrega de pareceres, laudos técnicos e análises se dar diretamente e ao mesmo tempo a ambas as PARTES e à ARSESP, não podendo ser exigida prévia ciência ou aprovação de seu conteúdo pelo PODER CONCEDENTE, ARSESP ou pela CONCESSIONÁRIA.
 - 2.3.1. Deverá ser assegurada ampla transparência aos pareceres e laudos emitidos pelo VERIFICADOR INDEPENDENTE.
- 2.4. A cessão de espaço com a necessária infraestrutura (mobiliário, acesso à internet, energia etc.) para a acomodação das equipes do VERIFICADOR INDEPENDENTE dependerá de prévio agendamento e efetiva disponibilidade do espaço solicitado.

3. ATRIBUIÇÕES, ATUAÇÃO E OBRIGAÇÕES DO VERIFICADOR INDEPENDENTE

- 3.1. A atuação do VERIFICADOR INDEPENDENTE inclui as seguintes atribuições:
 - 3.1.1. Analisar o PLANO DE OPERAÇÃO, MANUTENÇÃO E PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS elaborado pela CONCESSIONÁRIA, nos termos do ANEXO B – ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS DE SERVIÇOS;
 - 3.1.2. Aferir o desempenho da CONCESSIONÁRIA na prestação dos SERVIÇOS, verificando o grau de atingimento dos INDICADORES DE DESEMPENHO, na forma prevista no CONTRATO e no ANEXO E – INDICADORES DE DESEMPENHO;
 - 3.1.3. Atuar no levantamento e avaliação de eventuais passivos ambientais, verificando a obtenção, pela CONCESSIONÁRIA, de toda a documentação necessária à emissão de LICENÇAS, AVCBs, alvarás de funcionamento, certificações de segurança e demais documentos exigidos no CONTRATO, elaborado pela CONCESSIONÁRIA, apontando medidas necessárias para a correção dos itens identificados;
 - 3.1.4. Avaliar os anteprojetos e projetos de arquitetura e executivos elaborados pela CONCESSIONÁRIA, por meio de laudos ou relatórios técnicos, emitindo

**PROCESSO SPI Nº[•]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº [•]
PPP de Desassoreamento do Rio Tietê e do Canal Pinheiros**

relatórios de conformidade e, em caso de não conformidade, descrever as inconformidades e as alternativas para saneamento, devendo, ainda, reavaliar os projetos ajustados e analisar eventuais apontamentos feitos pelas PARTES acerca dos projetos de arquitetura e projetos executivos;

- 3.1.5. Aferir o cumprimento, pela CONCESSIONÁRIA, das obras e das especificações técnicas constantes do CONTRATO, seus ANEXOS, legislação e regulação pertinente, assim como das técnicas e métodos aplicáveis, e, por meio de relatórios técnicos, avaliando a conformidade das instalações e infraestruturas e emitindo o correspondente relatório de conformidade que indicará a adequação e regularidade das obras e, em caso de não conformidade, descrever as inconformidades e as alternativas para saneamento, devendo, ainda, reavaliar as reformas refeitas e analisar eventuais apontamentos feitos pelas PARTES;
- 3.1.6. Atuar como agente técnico, apoiando a ARSESP para verificação do cumprimento dos marcos referente à conclusão de obras e melhorias, conforme marcos previstos no ANEXO D- INDICADORES DE DESEMPENHO e ANEXO C – MECANISMOS DE PAGAMENTO, devendo emitir relatório de conformidade a respeito;
- 3.1.7. Monitorar e acompanhar a execução das obras previstas no ANEXO B – ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS DOS SERVIÇOS, sempre notificando a CONCESSIONÁRIA e a ARSESP de qualquer não conformidade detectada;
- 3.1.8. Informar a conclusão integral e adequada das obras previstas no ANEXO B - ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS DOS SERVIÇOS para fins de emissão do ACEITE DEFINITIVO pela ARSESP após a emissão de relatório de conformidade;
- 3.1.9. Acompanhar a execução do CONTRATO, a transição operacional, avaliar o cumprimento, pela CONCESSIONÁRIA, das condições para emissão do TERMO DEFINITIVO DE DEVOLUÇÃO e emitir relatório de conformidade acerca do tema;
- 3.1.10. Atuar como agente técnico, apoiando a ARSESP na avaliação das condições dos BENS REVERSÍVEIS, devendo emitir relatório de conformidade quanto ao cumprimento dos requisitos estabelecido no CONTRATO e seus ANEXOS para sua reversão ao PODER CONCEDENTE;
- 3.1.11. Coletar as informações necessárias à apuração dos INDICADORES DE DESEMPENHO, inclusive por meio de medições de campo e inspeções in loco, para, a partir dessas informações, elaborar o RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO, devendo ter, para tanto, acesso a toda a base de dados da CONCESSÃO, promovendo a integração das equipes das PARTES e alinhamento em relação às

**PROCESSO SPI Nº[●]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº [●]
PPP de Desassoreamento do Rio Tietê e do Canal Pinheiros**

melhores práticas a serem adotadas no acompanhamento e conferência dos INDICADORES DE DESEMPENHO;

- 3.1.11.1. O VERIFICADOR INDEPENDENTE também poderá, quando for o caso, exigir o envio de informações pela CONCESSIONÁRIA, conforme previsto no CONTRATO;
- 3.1.11.2. O VERIFICADOR INDEPENDENTE poderá realizar mais de uma verificação ou visita técnica ao mesmo TRECHO dentro de um mesmo período de apuração, sempre que entender necessário à validação ou complementação dos dados obtidos;
- 3.1.12. Estabelecer e executar o programa de acompanhamento e verificação da prestação dos SERVIÇOS, de que trata o CONTRATO, conforme critérios definidos no ANEXO B – ESPECIFICAÇÃO MÍNIMA DOS SERVIÇOS;
- 3.1.13. Produzir RELATÓRIOS DE AVALIAÇÃO com a periodicidade exigida no CONTRATO e no ANEXO D – INDICADORES DE DESEMPENHO;
- 3.1.14. Avaliar o desempenho da CONCESSIONÁRIA na prestação dos SERVIÇOS, verificando o grau de atingimento dos INDICADORES DE DESEMPENHO, na forma prevista no CONTRATO e no ANEXO D – INDICADORES DE DESEMPENHO;
- 3.1.15. Realizar vistorias in loco para o preenchimento das Listas de Verificação dos INDICADORES DE DESEMPENHO;
- 3.1.16. A cada TRIMESTRE DE APURAÇÃO, toda a ÁREA DE CONCESSÃO deverá ser aferida através de vistorias aleatórias, sem agendamento prévio, para realizar as aferições oficialmente para todos os INDICADORES, exceto o I1;
 - 3.1.16.1. A conformidade do indicador I1 será aferida através do LEVANTAMENTO BATIMÉTRICO a ser detalhado nos itens abaixo.
- 3.1.17. Executar levantamentos batimétricos georreferenciados sempre que necessário para conferência das informações de todos os TRECHOS de abrangência da CONCESSÃO, considerando a metodologia e especificações previstas no ANEXO B - ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS DO SERVIÇO e ANEXO D – INDICADORES DE DESEMPENHO para confirmar o atingimento das METAS DE COTAS DE FUNDO estabelecidas pelas seções hidráulicas de projeto;
 - 3.1.17.1. Caberá ao VERIFICADOR INDEPENDENTE, uma vez comunicado formalmente sobre a conclusão dos serviços de desassoreamento em determinado trecho, acompanhar a execução da batimetria correspondente, conforme especificações previstas no ANEXO B –

**PROCESSO SPI Nº[•]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº [•]
PPP de Desassoreamento do Rio Tietê e do Canal Pinheiros**

ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS DO SERVIÇO e do ANEXO D – INDICADORES DE DESEMPENHO, podendo realizar vistorias in loco e exigir os dados necessários à verificação da conformidade dos serviços executados.

- 3.1.17.2. A amostragem de verificação presencial por meio de batimetria deverá abranger, no mínimo, 1/3 (um terço) dos TRECHOS da CONCESSÃO ao longo de cada TRIMESTRE DE APURAÇÃO, sendo os TRECHOS selecionados por sorteio, com critérios que assegurem distribuição espacial adequada e imparcialidade.
- 3.1.17.3. No período de 12 (doze) meses, contados do início do primeiro TRIMESTRE DE APURAÇÃO, todos os TRECHOS da CONCESSÃO deverão ter sido incluídos, ao menos uma vez, na amostragem de verificação por batimetria.
- 3.1.18. Complementar suas análises de desempenho com base em dados, relatórios e sistemas disponibilizados pela CONCESSIONÁRIA, tanto para os TRECHOS incluídos na amostragem quanto para quaisquer outros TRECHOS que julgar relevantes à aferição adequada dos SERVIÇOS;
- 3.1.19. Realizar vistorias e verificações dos SERVIÇOS, preferencialmente em condições operacionais normais, respeitando os cronogramas operacionais da CONCESSIONÁRIA, e de forma a não interferir indevidamente na execução dos SERVIÇOS;
- 3.1.20. Exigir, quando for o caso, o envio de informações pela CONCESSIONÁRIA, conforme previsto no CONTRATO;
- 3.1.21. Realizar auditorias, a qualquer tempo, nos dados provenientes dos sistemas de controle, no que se refere aos SERVIÇOS prestados pela CONCESSIONÁRIA, caso solicitado pela ARSESP ou pelo PODER CONCEDENTE.
- 3.1.22. Auditar, a qualquer tempo, a execução do PLANO DE OPERAÇÃO e suas revisões, conforme indicado no ANEXO B - ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS DO SERVIÇO, caso solicitado pela ARSESP ou pelo PODER CONCEDENTE.
- 3.1.23. Manifestar-se, quando solicitado pelas PARTES e/ou pela ARSESP, sobre o reequilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO no âmbito da REVISÃO ORDINÁRIA ou REVISÃO EXTRAORDINÁRIA, no que diz respeito ao desempenho da CONCESSIONÁRIA e execução dos INDICADORES DE DESEMPENHO.
- 3.1.24. Disponibilizar sistema de informação web com permissão de acesso remoto ao PODER CONCEDENTE e CONCESSIONÁRIA aos seguintes recursos: (i) Painel de Controle gerencial para visualização dos indicadores de desempenho em uma interface amigável, com relatórios e gráficos customizáveis; (ii) cálculo

**PROCESSO SPI Nº[•]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº [•]
PPP de Desassoreamento do Rio Tietê e do Canal Pinheiros**

automático dos INDICADORES DE DESEMPENHO e do valor da CONTRAPRESTAÇÃO MENSAL EFETIVA; (iii) registro de não conformidades; (iv) integração aos sistemas da CONCESSIONÁRIA para aferição de INDICADORES DE DESEMPENHO; e (v) Banco de dados com histórico das aferições realizadas.

- 3.2. A ARSESP e a CONCESSIONÁRIA possuem a prerrogativa de acompanhar o processo de mensuração de desempenho realizado pelo VERIFICADOR INDEPENDENTE, por meio de auditorias, bem como de realizar visitas técnicas ou solicitações de quaisquer informações concernentes ao CONTRATO, podendo, inclusive, contratar terceiros para tanto.
- 3.3. O VERIFICADOR INDEPENDENTE atuará durante todo o PRAZO DA CONCESSÃO.
- 3.4. O RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO elaborado pelo VERIFICADOR INDEPENDENTE deverá conter, além das observações quanto ao cumprimento e descumprimento dos INDICADORES DE DESEMPENHO.

4. DISPOSIÇÕES GERAIS PARA CONTRATAÇÃO DO VERIFICADOR INDEPENDENTE

- 4.1. A CONCESSIONÁRIA deverá apresentar, para prévia homologação da ARSESP, em até 15 (quinze) dias corridos contados a partir da DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO, em documentos apartados, lista contendo pelo menos 3 (três) empresas ou consórcios de empresas para a função de VERIFICADOR INDEPENDENTE, devendo, essas, reunir as condições mínimas previstas no item 5 deste ANEXO.
 - 4.1.1. A contratação do VERIFICADOR INDEPENDENTE deverá ser concluída no prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias corridos contados da DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO.
- 4.2. Para comprovação do atendimento aos requisitos do item 5 deste ANEXO para o VERIFICADOR INDEPENDENTE referentes à equipe técnica, a CONCESSIONÁRIA deverá apresentar, conjuntamente às listas, documento demonstrando que as empresas indicadas possuem, em seu corpo técnico, profissionais que atendam aos parâmetros mínimos estabelecidos no item 5 deste ANEXO.
- 4.3. A ARSESP deverá, no prazo máximo de 10 (dez) dias contados a partir da apresentação da lista pela CONCESSIONÁRIA, nos termos dos itens 4.1 e 4.2 deste ANEXO, homologar as empresas e/ou consórcio de empresas indicadas que atendam às exigências constantes do item 5 deste ANEXO.
 - 4.3.1. A ARSESP poderá, de forma justificada, excluir da seleção de empresas e/ou consórcio de empresas, aqueles que possivelmente tenham conflitos de interesse com a prestação dos SERVIÇOS que possam comprometer sua

**PROCESSO SPI Nº[•]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº [•]
PPP de Desassoreamento do Rio Tietê e do Canal Pinheiros**

independência e imparcialidade.

- 4.3.2. Caso a ARSESP rejeite integralmente a lista de indicações apresentada pela CONCESSIONÁRIA ou homologue menos que 03 (três) empresas ou consórcio de empresas em cada lista, a CONCESSIONÁRIA deverá apresentar outra lista com indicações complementares, e assim sucessivamente, até que a ARSESP realize a homologação de um número mínimo de 03 (três) empresas ou consórcio de empresas em cada lista indicada pela CONCESSIONÁRIA para desempenho das funções de VERIFICADOR INDEPENDENTE, recontando-se os prazos inicialmente estabelecidos neste item 4 a partir da rejeição do PODER CONCEDENTE.
- 4.3.3. A rejeição pela ARSESP da(s) empresa(s)/consórcio(s) constantes da(s) lista(s) apresentadas pela CONCESSIONÁRIA deverá ocorrer sempre de maneira motivada e fundamentada, mediante a indicação do requisito não atendido, conforme qualificações descritas no item 5 deste ANEXO.
 - 4.3.3.1. Caso a ARSESP não se manifeste no prazo estipulado no item 4.3 deste ANEXO, a CONCESSIONÁRIA selecionará, por sorteio, e contratará uma das empresas ou consórcio de empresas dentre as indicadas nas listas apresentadas à ARSESP, no prazo de até 5 (cinco) dias contados do esgotamento do prazo previsto no item 4.3, tendo a ARSESP a prerrogativa de exercer o direito previsto no item 4.9 deste ANEXO.
- 4.3.4. Caso sejam homologadas ao menos 03 (três) empresas ou consórcio de empresas em cada uma das listas, considerando, inclusive, eventuais indicações complementares que se façam necessárias, a ARSESP deverá, no momento da homologação mínima exigida, selecionar mediante sorteio uma das empresas ou consórcio de empresas homologadas para que seja contratada pela CONCESSIONÁRIA nas respectivas funções de VERIFICADOR INDEPENDENTE, ainda que o contrato preveja início de sua eficácia apenas a partir do marco temporal estabelecido no item 1.2 deste ANEXO.
- 4.4. Havendo a ARSESP sorteado a empresa ou consórcio de empresas, a CONCESSIONÁRIA deverá comprovar a formalização da contratação dentro dos 10 (dez) dias que se sucederem à manifestação, ainda que o contrato preveja início de sua eficácia apenas a partir dos marcos temporais exigidos nos termos deste ANEXO.
- 4.5. A CONCESSIONÁRIA não estará sujeita às penalidades decorrentes da não contratação do VERIFICADOR INDEPENDENTE até que se encerrem os prazos previstos nos itens 4.3 e 4.4.
- 4.6. Poderá ser aplicada penalidade à CONCESSIONÁRIA quando for demonstrado que

**PROCESSO SPI Nº[•]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº [•]
PPP de Desassoreamento do Rio Tietê e do Canal Pinheiros**

a necessidade de reiteradas indicações complementares, motivada pelas sucessivas indicações que não satisfaçam aos requisitos dispostos no item 5 deste ANEXO, e que, portanto, inviabilizem o atendimento do número mínimo exigido de empresas ou consórcio de empresas homologadas, tenha decorrido de conduta de má-fé, dolo ou culpa da CONCESSIONÁRIA, apurada após regular procedimento administrativo, buscando adiar o início do prazo que lhe cabe para realizar contratação de cada função aludida neste ANEXO.

- 4.7. Caso o contrato do VERIFICADOR INDEPENDENTE não seja firmado no prazo previsto neste ANEXO por fato imputável à ARSESP ou ao PODER CONCEDENTE, a CONCESSIONÁRIA não sofrerá deduções decorrentes dos INDICADORES DE DESEMPENHO até que seja contratado VERIFICADOR INDEPENDENTE.
- 4.8. No prazo de 10 (dez) dias contados da assinatura contrato, o VERIFICADOR INDEPENDENTE deverá apresentar plano de trabalho que será analisado pela ARSESP em prazo razoável, para verificar a sua compatibilidade com as diretrizes previstas no CONTRATO e nos ANEXOS.
 - 4.8.1. O plano de trabalho a ser apresentado pelo VERIFICADOR INDEPENDENTE deverá contemplar a metodologia a ser aplicada na aferição do desempenho da CONCESSIONÁRIA no cumprimento dos INDICADORES DE DESEMPENHO, tendo como referência o ANEXO D – INDICADORES DE DESEMPENHO.
- 4.9. A ARSESP e o PODER CONCEDENTE terão a prerrogativa de solicitar à CONCESSIONÁRIA que encerre qualquer contrato firmado com o VERIFICADOR INDEPENDENTE mediante justificativa técnica e fundamentada, observado o contraditório e a ampla defesa, em hipóteses como a constatação da emissão de informações não fidedignas, inverídicas ou contrárias às normas técnicas ou às boas práticas internacionais por quem exerça qualquer das funções.
 - 4.9.1. Na hipótese do item 4.9 deste ANEXO, a ARSESP deverá selecionar, por meio de sorteio, nova empresa ou consórcio de empresas, dentre as opções já homologadas, desde que ainda cumpram os requisitos aqui previstos, assegurando-se o direito da CONCESSIONÁRIA, a seu critério, optar por substituir a lista de empresas, na forma do item 4.9.2 deste ANEXO, contando-se os prazos estabelecidos no item 4.1 a partir da determinação da ARSESP de início de novo processo.
 - 4.9.2. Caso as demais empresas ou consórcios de empresas indicadas na lista homologada em questão não cumpram mais os requisitos demandados neste ANEXO, deverá ser reiniciado o processo mencionado no item 4.1 deste ANEXO, com apresentação de nova lista à ARSESP.

**PROCESSO SPI Nº[•]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº [•]
PPP de Desassoreamento do Rio Tietê e do Canal Pinheiros**

- 4.9.3. Eventuais custos decorrentes da rescisão do contrato regulado por este ANEXO deverão ser suportados pela CONCESSIONÁRIA.
- 4.9.4. A substituição do VERIFICADOR INDEPENDENTE não os exime da(s) responsabilidade(s) que até então tenham assumido.
- 4.10. O contrato firmado com o VERIFICADOR INDEPENDENTE terá prazo de vigência suficiente para assegurar o cumprimento de suas funções perante o CONTRATO, não sendo necessário manter o contrato vigente ao longo de todo o período de vigência do CONTRATO.
- 4.11. Em até 3 (três) meses antes do término do contrato celebrado em decorrência deste ANEXO, a CONCESSIONÁRIA deverá iniciar procedimento de seleção de novo VERIFICADOR INDEPENDENTE, mediante submissão das empresas selecionadas à ARSESP, caso, até aquela data, ainda estejam sendo prestados os SERVIÇOS.
- 4.12. Caso a CONCESSIONÁRIA não atenda aos prazos estabelecidos neste ANEXO, estará sujeita às penalidades previstas no CONTRATO e no ANEXO G - PENALIDADES.
- 4.13. A ARSESP e a CONCESSIONÁRIA poderão solicitar, a qualquer tempo, informações ou esclarecimentos diretamente ao VERIFICADOR INDEPENDENTE, circunstância em que este deverá encaminhar quaisquer relatórios, laudos, informações ou esclarecimentos, simultaneamente, a ambas as PARTES e à ARSESP, sem ciência ou anuência prévia de qualquer delas, incluindo a própria solicitante do relatório, laudo, informação ou esclarecimento.
- 4.14. Eventual interesse da CONCESSIONÁRIA em rescindir o contrato com o VERIFICADOR INDEPENDENTE deverá ser submetido previamente à manifestação da ARSESP, com apresentação dos respectivos fundamentos.
- 4.15. Havendo, através do respectivo processo administrativo, a demonstração do envolvimento em conluio da CONCESSIONÁRIA, de seus representantes, de seus prepostos e/ou de seus empregados junto ao VERIFICADOR INDEPENDENTE, visando ao desempenho fraudulento de suas funções e obrigações, segundo o que dispõe o CONTRATO e seus ANEXOS, serão adotadas as cominações cíveis e penais no âmbito judicial e da comunicação obrigatória à entidade credenciadora em relação a todos os envolvidos, assim compreendidos, inclusive, quando envolvido o VERIFICADOR INDEPENDENTE, sem prejuízo das sanções administrativas imponíveis à CONCESSIONÁRIA, nos termos do CONTRATO e do ANEXO G - PENALIDADES.

5. REQUISITOS MÍNIMOS PARA CONTRATAÇÃO DO VERIFICADOR INDEPENDENTE

PROCESSO SPI Nº[●]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº [●]
PPP de Desassoreamento do Rio Tietê e do Canal Pinheiros

- 5.1. Somente poderão ser homologadas, nos termos do item 4.3 deste ANEXO, e contratadas, quando eleitas pela ARSESP para desempenharem a função de VERIFICADOR INDEPENDENTE, as empresas e/ou os consórcios de empresas que atenderem aos seguintes requisitos mínimos:
- 5.1.1. Não estar no cumprimento de pena de impedimento de licitar e contratar com a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA direta ou indireta do ESTADO, decorrente do artigo 156, inciso III, da Lei Federal nº 14.133/2021;
 - 5.1.2. Não ter sido declarada inidônea para licitar ou contratar com a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA de qualquer ente federativo, conforme previsto no artigo 156, inciso IV, da Lei Federal nº 14.133/2021 ou do artigo 83, inciso III, da Lei Federal n. 13.303/16;
 - 5.1.3. Não ter sido condenada, por sentença transitada em julgado, à pena de interdição de direitos devido à prática de crimes ambientais, conforme disciplinado no artigo 10 da Lei Federal nº 9.605/1998;
 - 5.1.4. Não ter registro de sanção, com efeito impeditivo de participação em licitação ou de contratação, nos cadastros a que se referem o artigo 22 da Lei Federal nº 12.846/2013 e Decreto Estadual nº 67.684/2023;
 - 5.1.5. Não ter sido proibida pelo Plenário do CADE de participar de licitações promovidas pela ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, em virtude de prática de infração à ordem econômica, nos termos do artigo 38, inciso II, de Lei Federal nº 12.529/2011;
 - 5.1.6. Não estar proibida de contratar com a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA em virtude de sanção restritiva de direito decorrente de infração administrativa ambiental, nos termos do art. 72, § 8º, inciso V, da Lei Federal nº 9.605/1998;
 - 5.1.7. Não ter sido proibida de contratar com o Poder Público em razão de condenação por ato de improbidade administrativa, nos termos do artigo 12 da Lei Federal nº 8.429/1992;
 - 5.1.8. Não ter sido declarada inidônea para contratar com a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA pelo Plenário do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, nos termos do artigo 108, da Lei Complementar Estadual nº 709/1993;
 - 5.1.9. Não ter sido suspensa temporariamente, impedida ou declarada inidônea para licitar ou contratar com a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, por desobediência à Lei de Acesso à Informação, nos termos do artigo 33, incisos IV e V, da Lei Federal nº 12.527/2011 e Decreto Estadual nº 68.155/2023;

**PROCESSO SPI Nº[•]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº [•]
PPP de Desassoreamento do Rio Tietê e do Canal Pinheiros**

- 5.1.10. Não ser sociedade cooperativa, tendo em vista a vedação constante do §1º do artigo 1º do Decreto Estadual nº 55.938/2010, com a redação dada pelo Decreto Estadual nº 57.159/2011;
- 5.1.11. Não estar em situação de insolvência, liquidação, regime de administração especial temporária ou intervenção ou Regime de Administração Especial Temporária – RAET, ou ainda, ter falência decretada por sentença judicial e não estar em recuperação judicial ou extrajudicial, salvo se comprovado o acolhimento do plano de recuperação judicial ou a homologação do plano de recuperação extrajudicial, bem como de insolvência, administração especial temporária ou intervenção, e ainda, cuja falência tenha sido decretada por sentença judicial;
- 5.1.12. Não ser controlada, controladora, e/ou empresas sob controle comum ou parte relacionada, direta ou indiretamente, nos termos definidos na Lei Federal nº 6.404/1976, e de empresa matriz estrangeira de filial brasileira da CONCESSIONÁRIA, ou de seus acionistas, assim como não ter participado dos projetos de engenharia e fornecimentos dos equipamentos ou sistemas, como empresa, consórcio ou membro de consórcio, nem ter participado do processo licitatório da CONCESSÃO;
- 5.1.13. Não contar com sócios que tenham participação direta ou indireta na administração ou no quadro societário da CONCESSIONÁRIA ou como membros de sua Diretoria cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de sócios ou diretores da CONCESSIONÁRIA; e
- 5.1.14. Não possuir entre os membros da equipe técnica vinculada: (a) servidor ou dirigente do órgão/entidade responsável pela gestão ou acompanhamento do CONTRATO, observado o EDITAL; (b) pessoa que tenha sido, no período compreendido entre os últimos 6 (seis) meses contados da data da publicação do EDITAL até o momento da atuação do VERIFICADOR INDEPENDENTE, servidor ou dirigente do órgão/entidade contratante/responsável pela LICITAÇÃO, observado o EDITAL, ou ainda servidor ou dirigente da SPI; (c) pessoa que tenha atuado na formulação dos documentos da LICITAÇÃO; e (d) pessoa que seja ou que tenha sido, nos últimos 6 (seis) meses, dirigente, gerente, empregado, contratado terceirizado ou sócio dos acionistas da CONCESSIONÁRIA.
- 5.1.15. Os requisitos dos itens 5.1.12, 5.1.13 e 5.1.14 deste ANEXO deverão ser atendidos, inclusive, por eventuais subcontratados das empresas ou consórcio de empresas contratadas pela CONCESSIONÁRIA para desempenho das

**PROCESSO SPI Nº[●]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº [●]
PPP de Desassoreamento do Rio Tietê e do Canal Pinheiros**

funções tratadas neste ANEXO, sendo facultado, à ARSESP, no caso de desatendimento, o exercício da prerrogativa a que alude ao item 4.9 deste ANEXO.

5.2. O VERIFICADOR INDEPENDENTE deverá:

- 5.2.1. Ter completa imparcialidade e não estar em situação de conflito de interesses em relação às PARTES do CONTRATO;
- 5.2.2. Ter executado serviços de características semelhantes, em empreendimentos ou projetos compatíveis com o objeto da CONCESSÃO, com experiência mínima de 02 (dois) anos, o que poderá ser comprovado por qualquer documento idôneo, admitindo-se autodeclaração de experiência apenas se acompanhada de documentos capazes de demonstrar a veracidade das informações, com características semelhantes aos seguintes:
 - i) Fiscalização ou verificação independente de projetos qualificáveis, nos termos do artigo 1º, §2º, da Lei Estadual nº 16.933/2019, como um contrato de parceria;
 - ii) Avaliação de indicadores de desempenho; e
 - iii) Fiscalização e controle.
- 5.2.3. A experiência requerida no item 5.2.2 deste ANEXO poderá ser comprovada pela própria empresa ou consórcio de empresas, ou por profissional técnico especializado, desde que acompanhados da documentação de que trata o item 5.3 deste ANEXO.
- 5.2.4. Os serviços previstos no item **Erro! Fonte de referência não encontrada.** deste ANEXO deverão ser comprovados em empreendimentos com valor mínimo de investimento de R\$ [●] ([●]), abrangendo ao menos uma das exigências descritas em cada um dos itens citados.
- 5.3. A capacitação técnica dos integrantes das equipes deverá estar refletida na apresentação da relação dos profissionais que integrarão a equipe técnica do VERIFICADOR INDEPENDENTE, integrantes ou não do correspondente quadro funcional, a qual deverá ser acompanhada de:
 - 5.3.1. Declaração de cada profissional indicado, concordando com sua inclusão na equipe; e
 - 5.3.2. Currículo de cada profissional indicado, contendo, no mínimo, as seguintes informações: nome completo, data de nascimento, nacionalidade, função proposta, vínculo, instrução, cursos de extensão, pós-graduação,

PROCESSO SPI Nº[●]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº [●]
PPP de Desassoreamento do Rio Tietê e do Canal Pinheiros

discriminação dos serviços ou projetos que participou, com identificação do cliente.

- 5.4. Dentre os profissionais indicados para compor a equipe técnica do VERIFICADOR INDEPENDENTE, visando ao cumprimento do escopo de avaliação dos INDICADORES DE DESEMPENHO, deverão necessariamente estar relacionados técnicos devidamente qualificados profissionalmente para as devidas atuações de aferição do cumprimento de todos os INDICADORES DE DESEMPENHO relacionados no ANEXO D – INDICADORES DE DESEMPENHO, incluindo, no mínimo:
- i. um engenheiro civil;
 - ii. um engenheiro ambiental;
 - iii. um gestor de contratos administrativos; e
 - iv. um topógrafo.
- 5.5. Para cada uma das especialidades indicadas no item anterior será exigido que pelo menos 1 (um) dos profissionais tenha formação e experiência compatíveis com o exercício de coordenação das respectivas áreas, conforme a tabela abaixo:

Profissional	Formação	Experiência
ENGENHEIRO COORDENADOR GERAL	Curso superior em engenharia civil	No mínimo 5 (cinco) anos dedicados como coordenador líder de equipe de gerenciamento e fiscalização de empreendimento que envolva desassoreamento ou dragagem.
ENGENHEIRO AMBIENTAL	Curso superior em engenharia ambiental	No mínimo 5 (cinco) anos de formação e comprovada atuação como engenheiro ambiental
ANALISTA ECONÔMICO- FINANCEIRO	Curso superior em administração, engenharia ou economia	Experiência demonstrando experiência em estruturação econômico-financeira de projetos de concessão de serviço público ou parceria público-privada ou na emissão de pareceres relacionados à pleitos de reequilíbrio econômico-financeiro referentes à contratos de concessão de serviço público ou parceria público-privada

PROCESSO SPI Nº[•]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº [•]
PPP de Desassoreamento do Rio Tietê e do Canal Pinheiros

TOPÓGRAFO	Curso superior em engenharia	No mínimo 5 (cinco) anos de formação e comprovada atuação como topógrafo
-----------	------------------------------	--

- 5.5.1. O VERIFICADOR INDEPENDENTE deverá mobilizar, se necessário, especialistas em caso de revisão e ajuste dos parâmetros dos INDICADORES DE DESEMPENHO, bem como para dirimir questões surgidas durante a apuração desses indicadores, em conformidade com os levantamentos, medições e cálculos apresentados, inclusive para participação de reuniões com discussão de casos.